



APRESENTAÇÃO

Este caderno tem o objetivo de sistematizar a implantação do Projeto de Reorientação do Ensino Noturno, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo na gestão 1989-1992, sob coordenação da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos (DOT/EDA).

A sistematização foi realizada no 2º semestre de 1992 com base em questionários e entrevistas colhidos nas escolas e Núcleos de Ação Educativa, além da documentação arquivada pela DOT/EDA.

Buscou-se reunir informações que permitam à rede municipal de ensino - os profissionais e a população usuária - avaliar os avanços conquistados, as dificuldades enfrentadas e perspectivas de sua superação.

O texto reflete o entusiasmo das equipes que abraçaram o Projeto de Reorientação Curricular do Ensino Noturno e que acreditam ser necessário dar-lhe continuidade. Esse otimismo não visa encobrir as lacunas que o Projeto deixou de preencher ou ocultar as debilidades ainda persistentes no ensino noturno municipal, que são apontadas ao longo do texto e nas recomendações finais.

A experiência acumulada no decorrer da implementação do Projeto noturno reafirmou a convicção de que é possível reunir condições materiais e pedagógicas para democratizar as oportunidades educacionais na rede municipal de ensino, investindo-se no trabalho coletivo dos educadores e educandos e na autonomia da unidade escolar.

Se nem todas as metas foram plenamente alcançadas, é certo que o processo foi valioso e ponto de chegada é muito mais avançado que o de partida. Se até 1989 __% das escolas permaneciam fechadas à noite, em 1992 restam apenas __%. Entre 1989 e 1992, as matrículas no período noturno cresceram acima de 63%, passando-se dos 89.269 alunos em 2695 classes para 145.673 alunos em 4.091 classes. O professor recebeu melhores condições de ensino, de trabalho coletivo e de formação, conquistando adicional por trabalho noturno e apoio à experimentação metodológica.

Se o preconceito contra o jovem e adulto trabalhador que vai à escola à noite não foi de todo superado, ao menos reduziu-se a discriminação que o privava das mínimas condições de estudo, tais como iluminação adequada das salas de aula, serviços de secretaria e direção presente, abertura de bibliotecas, laboratórios e quadras esportivas, oferta de merenda e limpeza de banheiros.

Em verdade, até 1989 sequer o direito formal de jovens e adultos à escolarização básica havia sido minimamente assegurado na rede municipal de ensino. Hoje, pode-se afirmar que o acesso à educação foi substancialmente ampliado e a cultura escolar começa a incorporar o ensino noturno como uma de suas dimensões relevantes. Desse novo patamar, cabe dar o salto em direção a uma nova qualidade, que começou a ser delineada pelo Projeto de Reorientação Curricular do Ensino Noturno.

SISTEMATIZAÇÃO DO "PROJETO DE REORIENTAÇÃO DO ENSINO NOTURNO" (PMSP-SME-DOT-EDA): TEXTO DE TRABALHO - CIRCULAÇÃO RESTRITA

Nestas notas procuramos captar a trajetória das decisões político-administrativas e pedagógicas e lançar impressões sobre os resultados obtidos na educação de jovens e adultos trabalhadores, na gestão Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

1. Impressões iniciais

Observa-se que entre 1988 e 1990 o ensino noturno, regular e supletivo, praticamente não foi alvo de diretrizes específicas. A prioridade foi concedida, de um lado, ao ensino fundamental regular como um todo, pela ampliação do atendimento e dos projetos de escolas-piloto, pelo movimento de reorientação curricular e pelos grupos de formação voltados à alfabetização. Essa administração focalizou também a alfabetização de jovens e adultos, mediante a integração do Programa de Educação de Adultos (EDA) à SME e criação do Mova SP. Foi concedida evidente prioridade à alfabetização e às séries iniciais, e tais iniciativas repercutiram sobre o ensino supletivo e regular noturnos, ainda que não fossem seu alvo exclusivo ou privilegiado.

Foi somente em meados de 1990, quando EDA já se integrara à SME e o Mova SP, o movimento de reorientação curricular, a interdisciplinaridade e os grupos de formação já se haviam implantado, que um projeto para os cursos noturnos iria se esboçar. Em parte, isso ocorreu em consequência do diagnóstico traçado pelas escolas no início do ano, dentro do movimento de reorientação curricular, em que as deficiências do noturno ficam evidenciadas.

Uma análise preliminar dos documentos indica que, com apenas dois anos de implementação, o projeto Reorientação do Ensino Noturno não chegou à maturidade a ponto de conformar um ou mais modelos que se possam generalizar para toda a rede municipal. A percepção inicial que se forma é de que essa ação começou a sacudir o marasmo em um certo número de escolas municipais e ensaiou alguns passos iniciais no sentido de questionar a inexistência de projeto algum para o ensino noturno na maioria das escolas, assim como aspectos variados do seu funcionamento nesse período (aspectos organizacionais, de adequação do currículo etc). Mas ele ainda está distante de modificar substancialmente as práticas pedagógicas que prevalecem no cotidiano.

A realidade, porém, é que esta gestão se encerra e, se quisermos legar a experiência acumulada no Projeto Noturno, (qualquer que seja a próxima administração eleita dentro das regras atuais do jogo) e tornar irreversíveis seus avanços, teremos que resgatar criteriosamente os aspectos mais relevantes da experiência, sistematizá-los e dar-lhes

evidência pública frente aos professores, alunos e a população em geral.

Temos dois meses para fazê-lo.

2. Breve histórico da política municipal de educação de jovens e adultos trabalhadores na gestão do PT

2.1. O delineamento da política de alfabetização de adultos

Os dois documentos que precedem a posse da prefeita Luiza Erundina e do secretário Paulo Freire são do Grupo de Trabalho de Diagnóstico da SME (datado de 10/12/88) e o relatório do Encontro Municipal de Educação do PT (realizado em 3/12/88).

O GT de Diagnóstico propôs a imediata incorporação do EDA (até então subordinado à Sebes) à SME. Embora criticando o material didático, recomendou a manutenção do convênio entre EDA e a Fundação Educar, até que se tivesse alternativa a oferecer. Propôs extinguir imediatamente a rede paralela de escolas de ensino supletivo criadas na gestão Jânio Quadros. Documento anexo ao diagnóstico propunha uma campanha de arregimentação de alfabetizandos, alfabetizadores e de salas de aula para jovens e adultos junto a sindicatos e entidades do movimento popular.

Embora a convocatória explicitasse que o Encontro Municipal de Educação do PT não tinha por finalidade a elaboração de um programa municipal de educação, na prática suas indicações foram todas nesta direção. O grupo de trabalho que tratou da alfabetização de jovens e adultos e do supletivo recomendou que essas modalidades de ensino fossem encaradas como prioridade, através de ações sistemáticas e não como campanhas de caráter transitório ou emergencial. O Encontro também propôs acabar com a rede paralela de escolas municipais de ensino supletivo e transferir EDA de Sebes para SME. Sugeriu que a rede municipal incorporasse iniciativas e experiências da sociedade civil e transformasse as escolas públicas em centros populares de cultura, abrindo suas portas à comunidade.

A escolha de Paulo Freire para o comando da SME inspirava grandes expectativas para a educação de adultos. Convidado pelo secretário a compor sua assessoria técnica, ainda em janeiro de 1989 Pedro Pontual fez contatos com assessores e entidades do movimento popular e ONGs de assessoria com a intenção de formular uma proposta de educação popular que combinasse "pé no chão" a certa dose de "ousadia". A idéia inicial era incorporar o EDA à SME, criando um grupo de trabalho responsável pela transição, ao mesmo tempo que se mobilizariam entidades populares e ONGs numa ampla pesquisa participante envolvendo as temáticas de educação,

assistência, saúde, habitação, esportes e lazer, cujo desenlace provável seria uma campanha de alfabetização e educação popular que apoiasse a criação dos Conselhos Populares. A idéia de campanha foi insistentemente criticada pelas entidades/pessoas consultadas e, até mesmo por falta de quadros de articulação, a idéia da pesquisa participante acabou sendo abandonada.

As primeiras iniciativas de Paulo Freire à frente da Secretaria foram inequívocas. Entre os dias 26 e 28 de janeiro de 89 o DOM publicou a Portaria 5/89 que determinava a abertura de matrículas no ensino regular e supletivo noturno, o Decreto 27.633 revogando a criação de escolas municipais de ensino supletivo (extinguindo a rede paralela criada por Jânio Quadros) e a Portaria 112, criando o Grupo de Trabalho Intersecretarial que, no prazo de 60 dias, deveria formular proposta de articulação das ações de educação de adultos, incorporando EDA à SME.

O "GT da fusão", como ficou conhecido esse grupo, foi composto por técnicos da Sebes, da SME, por representantes dos técnicos e monitores de EDA congregados no Sindicato de Funcionários Públicos Municipais e por representantes das ONGs de assessoria Cepis, Cedi e Vereda.

Coube ao GT organizar em 10/4/89 o Simpósio "São Paulo/1989: educar adultos para quê?", reunindo os diversos segmentos dedicados à educação de adultos: EDA, ensino supletivo, diretores de escolas e coordenadores pedagógicos, movimentos populares, ONGs. A avaliação dos organizadores foi de que o Simpósio valeu mais pelo processo do que pelo produto, considerado pobre. O relatório dos grupos já esboçava a proposta que deu origem ao Mova SP, de convênio entre movimentos populares e SME em projetos de alfabetização de adultos.

Os contatos de Pedro Pontual com entidades do movimento popular para participarem do Simpósio abriram espaços para que elas pudessem expressar suas demandas perante a SME, como foi o caso do Movimento de Educação da Zona Leste, que recebeu em 6/4/89 ajuda emergencial para manutenção das classes (abandonadas pela Fundação Educar), antes mesmo que a SME tivesse definido sua política de educação de adultos. Apesar das divergências a este respeito no interior do GT e da SME, Paulo Freire, Pedro Pontual e outros dirigentes nunca abriram mão de implementar um projeto de alfabetização diretamente com os movimentos. Em 7/4/89, Pedro apresentou ao GT três propostas de Paulo Freire: formulação de projeto de uma campanha de alfabetização de adultos, organização de um congresso de alfabetizandos e criação de um fórum permanente de formação de alfabetizadores. Parte dessas propostas foram mais tarde realizadas pelo Mova SP.

Visando a aprofundar a discussão, um Seminário mais restrito foi organizado pelo GT no mês de maio, reunindo professores e técnicos da SME e do EDA, pesquisadores universitários, assessores de ONGs e lideranças de movimentos de

alfabetização. Os temas "quentes" foram a formação do educador de adultos, a conveniência ou não de uma campanha, a pertinência da transferência de recursos públicos para subsidiar atividades de entidades comunitárias e a prioridade de ações desta natureza perante as carências da rede pública. Embora não se tenha produzido consenso sobre estas questões, as divergências foram atenuadas, fator que contribuiu para que a SME formulasse sua política para a educação de jovens e adultos.

Aos técnicos de Sebes e SME (especialmente Nereide Saviani, Regina Inês Vilasboas Estima, Vane Santarosa e Maria Cecília Moreira) coube a dura tarefa de romper resistências corporativas à incorporação de EDA à SME, mediante numerosas reuniões setoriais e regionais. De um lado, os diretores de escolas municipais escondiam preconceitos sob o justo reclamo por mais funcionários administrativos no período noturno; de outro, os monitores e técnicos de EDA ocultavam descompromisso e inseguranças sob a meia-verdade de que a rede é excessivamente rígida e autoritária para incorporar uma modalidade de "educação não formal" como era o EDA. Em meio às resistências indevidas, havia problemas reais para a fusão que foram sendo gradativamente solucionados. A incorporação de pessoal sem formação no quadro do magistério municipal foi sanada com a criação do cargo de educador de adultos e do Curso Especial de Habilitação do Magistério em Educação de Adultos. Os técnicos da Sebes puderam optar pela Secretaria em que permaneceriam, e aqueles que optaram pela SME foram lotados nos NAEs, evitando-se duplicação de funções com as CPs nas escolas. As classes isoladas (localizadas em entidades) ficaram administrativamente vinculadas a escolas municipais próximas, mas sob supervisão dos técnicos lotados nos NAEs, aos quais coube também a capacitação permanente dos educadores e a reorientação curricular.

Em 10/9/89 o GT encerrou suas atividades, tendo a SME formulado sua política para a educação de jovens e adultos em 3 frentes: a rede municipal de ensino (englobando EDA e ensino supletivo), o Mova SP e a alfabetização de funcionários municipais nas unidades de trabalho.

As ONGs de assessoria presentes alertaram sobre as dificuldades de tocar com qualidade tantas frentes com metas tão amplas (o Mova SP apontava a meta de dois mil núcleos!), bem como articulá-las adequadamente.

Passados três anos, constatamos que a articulação entre as frentes continua deficiente e que as metas quantitativas podem não ter sido alcançadas, mas não deixa de surpreender que as três frentes se tenham implantado com razoável solidez. Resta avaliar a qualidade alcançada.

2.2. O projeto noturno

A educação de jovens e adultos foi eleita uma das quatro prioridades da gestão, a única que privilegia explicitamente um segmento e uma modalidade de serviço escolar. Isso pode ser compreendido em parte à luz do pequeno histórico traçado atrás. Não obstante, o documento desencadeador do projeto Reorientação Curricular do Ensino Noturno, de janeiro de 1991, começava por mostrar (dados de dezembro de 1989) que a "mortalidade escolar" (evasão + repetência) ainda era muito alta: 44% na suplência I, 41% na suplência II e 37% na suplência de 2º grau (p.8).

Para enfrentar esse diagnóstico algo sombrio, quando já se haviam acomodado as tensões e problemas referentes ao remanejamento de ações antigas e cristalizadas(*) e da implantação das novas ações centradas na idéia do "analfabeto adulto", foi lançado o projeto noturno. Ele se beneficiou de (e, em certo sentido, se condicionou por) uma série de instrumentos de ação político-administrativos já em uso, como o movimento de reorientação, "a inter", os grupos de formação e outros.

A partir de discussões e seminários com a presença de pessoal da rede e de fora dela, o projeto foi concebido praticamente dentro do mesmo espírito do "movimento de reorientação curricular", no que diz respeito a organizar as idéias e projetos que parlem "de baixo", dos professores e das escolas, oferecendo-se praticamente como alternativa à "inter", mas estabelecendo com ela uma aproximação. Uma característica desse projeto é a aposta na autonomia da escola, como unidade capaz de

pensar sua realidade (recursos humanos e materiais, possibilidades existentes na comunidade, dados da problematização de alunos e professores etc) e se reorganizar para melhor atender ao aluno, cumprindo a sua função educativa. (p.14)

Essa aposta implica também a existência de uma série de mecanismos de consulta envolvendo os vários segmentos.

Nas discussões iniciais travadas nas escolas, já se detectara que uma parte considerável das queixas e demandas recolhidas incidia sobre aspectos organizacionais, num verdadeiro clamor para adequar a estrutura rígida e inflexível da escola noturna às necessidades do alunado e a fatores como o tempo e as condições para a ocorrência do trabalho escolar. Essas necessidades foram consideradas na formulação do projeto, o qual entretanto buscou ampliar seu raio de preocupações ao plano mais especificamente pedagógico. Foi prevista também uma terceira classe de projetos que, por

(*) O programa Educação de Adultos (EDA) era provavelmente o mais antigo e estável de educação de adultos, iniciado que fora nos quadros político institucionais do antigo Mobral no início dos 70, ainda que se possa supor que a sua vitalidade e permanência se deveu a uma história de não subordinação ao órgão federal, mesmo no período mais fechado do regime militar.

implicarem em alterações que ultrapassariam os limites das normas e regimentos vigentes, demandariam recursos ao CEE.

O projeto de foi aprovado em 1990, tendo seu documento de diretrizes sido publicado em janeiro de 1991. Já em março eram aprovados os primeiros projetos, começando a funcionar no primeiro semestre desse ano. Outros entraram em vigor no segundo semestre de 1991.

3. Sistematização

Possuimos dois indícios, certamente não suficientes para um tratamento científico, mas que podem ser úteis como indicadores para se formularem suposições e hipóteses sobre os resultados do projeto noturno. O primeiro é o documento apresentado pelo NAE-9 no Painel de Relatos de Práticas dos NAEs, realizado em novembro de 1991. Nos projetos formulados no âmbito desse NAE (cujo compromisso com a prioridade educação de jovens e adultos parece inquestionável) aparentemente predominavam as alterações de ordem organizacional, que iam da introdução de Educação Física ou Educação Artística à noite a remanejamentos de disciplinas da área de Estudos Sociais, de alterações na época de recuperação à organização da primeira aula e à previsão de atividades para a ocorrência de faltas docentes. As alterações que incidiam diretamente sobre os aspectos da práticas pedagógicas apareciam em menor número e em geral caminhavam no sentido da interdisciplinaridade, da introdução de "centros de interesse", de "planejamento integrado" ou outras idéias que lhe são próximas.

A primeira leitura feita pela equipe do DOT-EDA das resposta à questão 3 do roteiro para avaliação - sistematização de projetos próprios da escola, parece confirmar essas impressões, mas por enquanto são só impressões, que precisam ser confirmadas ou negadas por um olhar mais cuidadoso e profundo.

Essas indicações podem ser úteis para delimitar os campos onde o processo de reorientação do ensino noturno pode ter aportado maiores contribuições. Mas não exime os responsáveis pela sua condução de se fazerem perguntas mais abrangentes.

É preciso (usando em parte o próprio esquema proposto pelo documento) perceber sobre quais aspectos da organização da escola as propostas de reorientação incidiram, analisar as alterações propostas e tentar tirar lições. Mas é preciso questionar-se sobre a relação entre alterações no plano meramente organizacional (por mais necessárias, relevantes e criativas que elas sejam) e o impacto sobre as práticas cotidianas dentro da sala de aula. Ou seja, em que medida as alterações propostas estão incidindo sobre a qualidade do ensino no noturno.

Da mesma forma, é necessário perguntar-se sobre a contribuição dessa ação sobre a democratização do acesso e da gestão no que diz respeito ao noturno; para o primeiro desses aspectos deve haver dados estatísticos disponíveis na secretaria.

A proposta se baseava na autonomia da escola e no papel dirigente dos órgãos centrais. Dada a reconhecida dificuldade (bastante aumentadas no noturno devido a preconceitos e inércia) de se formarem equipes pedagógicas das escolas (em razão de fatores como a rotatividade e a mobilidade geográfica dos docentes), é preciso perguntar-se sobre os resultados que se obtiveram nessa área, assim como sobre o papel, as dificuldades e os sucessos da equipe noturno e dos responsáveis pelo setor nos NAEs.

Essas grandes questões poderiam ajudar a responder ao desafio colocado no início: dar visibilidade pública ao que foi produzido pelos educadores, no sentido de oferecer, se não modelos, pelo menos pistas e sugestões sistemáticas, contextualizadas e fundamentadas, a quem for continuar orientando as ações de ensino noturno em São Paulo.

São Paulo, 15 de setembro de 1992

Maria Clara Di Pierro

Orlando Joia

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Programa Educação e Escolarização Popular

<H\HCLARA\BIDTNOT>

Documentos

ENCONTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PT DE SÃO PAULO (São Paulo, SP: 03/12/88). Relatório. São Paulo, PT - Secretaria de Movimentos Populares. 7p. (mimeo).

SÃO PAULO (CIDADE) - GRUPO DE TRABALHO DIAGNÓSTICO (1988). Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 13p. (mimeo).

SÃO PAULO (CIDADE) - SME. (1989) "Portaria 4695, de 20/06/89 (dispõe sobre a sistemática de matrícula no ensino supletivo no 2º semestre de 1989)" Diário Oficial do Município, 21/6/89. p. 6

SÃO PAULO (CIDADE). (1989) "Portaria nº 112, de 27/1/89." Diário Oficial do Município, 28/1/89. p. ?

SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1989) Simpósio "São Paulo 1989 - Educar Adultos para quê?". São Paulo. 27 p. (Cadernos de Formação, 1)

- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1990) Projeto "Repensando a escola para o jovem e adulto trabalhador". São Paulo, SME-DOT-EDA, jul. 5 p.
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT. (1990) Seminário "Repensando o Ensino Noturno", do projeto "Repensando a escola para o jovem e adulto trabalhador". São Paulo, SME-DOT, abr. [documentos diversos avulsos]
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1990) Suplência I: orientações básicas. São Paulo, SME-DOT-EDA, out. 9 p.
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1991) Reorientação do ensino noturno: diretrizes para elaboração de projetos pelas escolas. São Paulo, SME-DOT-EDA, jan. 68 p. (Cadernos de Formação, 2 - Série Construindo a Educação do Jovem e Adulto Trabalhador, 2)
- SÃO PAULO (CIDADE) - NAE 9. (1991) Relato de prática do trabalho de reorientação do ensino noturno. São Paulo. 8 p. (sinopse)
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1992) Centro Municipal de Ensino Supletivo ou Centro de Educação e Cultura do Trabalhador. São Paulo, SME-DOT-EDA, fev. 16 p. [pré projeto]
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1992) Perfil dos educandos de suplência I, suplência II e regular noturno da RME - 1992. São Paulo. p. irreg. (manual)
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1992) Projeto Supletivo Educação e Saúde. São Paulo, SME-DOT-EDA. 17 p. (Frente do Funcionalismo, Ação, Caderno 1)
- SÃO PAULO (CIDADE) - SME-DOT-EDA. (1992) Relatos de práticas pedagógica: a produção dos monitores. São Paulo, SME-DOT-EDA. 39 p.
- SIQUEIRA, Maria Clara Di Pierro. (1989) Contribuição para a formulação de uma política de educação de jovens e adultos para o município de São Paulo: a questão da ampliação do atendimento escolar. São Paulo, Cedi, mai. 12 p. [paper]